

ASSUNTO	UNIDADE	CÓDIGO
Doações e Patrocínios	Comitê de Compliance e Auditoria de Gestão	NI.GOV.104

1 - OBJETIVOS

Estabelecer os procedimentos e as regras que devem ser observados na realização de doação para entidades beneficentes ou sem fins lucrativos e na realização de patrocínio.

2 - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Abrangência

- Todas as empresas do Grupo KPE.

2.2. Conceitos

- Doação Política:** Toda doação para candidato específico ou a partido político, nos termos da legislação eleitoral.
- Doação para Entidade Beneficente ou Sem Fins Lucrativos:** Toda doação para pessoa jurídica pública ou privada sem fins lucrativos, entidades beneficentes, desportivas, educacionais, culturais ou religiosas, organizações não governamentais, associações, fundações, e organizações da sociedade civil de interesse público.
- Patrocínio:** Toda transferência de valor com finalidade promocional, em caráter definitivo ou disponibilização de bens móveis ou imóveis do Grupo Kpe, sem transferência de domínio, destinados para projetos desportivos e culturais ou para a realização de eventos, tais como: conferências, congressos ou feiras.
- Pessoa Politicamente Exposta:** Agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos seis meses, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores.

2.3. Premissas

2.3.1. As empresas do Grupo Kpe comprometem-se a agir com integridade, de forma ética, correta e respeitando as leis dos países onde têm negócios, em todas as situações.

2.3.2. É expressamente proibida a prática de doação, de patrocínio ou de qualquer contribuição de natureza política, por empresas do Grupo Kpe, para candidatos ou para partidos políticos, em território nacional e em países cuja legislação local proíba essa prática.

2.3.3. Financiar, custear, patrocinar ou subvencionar a prática dos atos ilícitos são considerados atos lesivos contra a Administração Pública nacional e estrangeira, conforme a Lei Anticorrupção n. 12.846 de 1º de agosto de 2013.

2.3.4. É vedada a concessão de doações ou de patrocínios às pessoas jurídicas ou físicas elencadas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça, no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM), na Relação de Inabilitados e Inidôneos do Tribunal de Contas da União ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e na Lista de "Debarred & Cross-Debarred Firms & Individuals" do Banco Mundial.

2.3.5. As doações ou patrocínios para organizações do terceiro setor podem ser feitas em caráter de exceção, mediante fundamental transparência, seguindo rigorosamente as instruções descritas nos itens 2.5 e 2.6.

2.3.6. As doações ou patrocínios devem ser feitas diretamente à pessoa física ou jurídica mediante depósito

em conta bancária de titularidade das referidas entidades. Não serão feitas doações ou patrocínios em papel moeda.

2.3.7. Não são permitidas doações diretas ou indiretas para colaboradores da Kpe, incluindo pessoas jurídicas nas quais os colaboradores possuam algum tipo de participação, devendo-se observar as regras referentes ao conflito de interesse contidas no [Código de Conduta da Kpe](#).

2.3.8. As doações para entidade beneficente ou sem fins lucrativos realizadas no exterior devem observar o disposto nas respectivas leis aplicáveis, desde que não haja conflito com a legislação brasileira.

2.3.9. A não observância dos preceitos descritos nesta Norma Interna pode acarretar em aplicações de multas, medidas disciplinares ou qualquer outra sanção prevista no [Código de Conduta da Kpe](#).

2.4 Doação em Geral

2.4.1. As empresas do Grupo Kpe não devem realizar doações, contribuições, pagamentos ou quaisquer outros gastos com o objetivo de obter benefício indevido em troca.

2.4.2. É vedada qualquer doação para sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas politicamente expostas ou por funcionários públicos que mantenham contato frequente com a Kpe ou cujas atividades sejam fundamentais para o desenvolvimento dos negócios da companhia.

2.4.3. As doações a terceiros que não sejam para Entidade Beneficente ou Sem Fins Lucrativos devem ser previamente aprovadas pelo Comitê de Compliance. Caso sejam aprovadas pelo Comitê de Compliance, as doações devem ser formalizadas por instrumentos contratuais que devem estabelecer que o terceiro beneficiário é responsável exclusivo pela utilização do valor ou bem recebido, bem como devem conter as **cláusulas anticorrupção para fornecedores da Kpe**. Além disso, a justificativa da doação deve ser detalhadamente descrita no instrumento contratual.

2.4.4. O Diretor da Unidade solicitante é o responsável pela aprovação da doação.

2.5 Doação para Entidade Beneficente ou Sem Fins Lucrativos

2.5.1. Todas as doações para entidade beneficente ou sem fins lucrativos devem ser realizadas com estrita observância das leis aplicáveis¹ e devem ser formalizadas em instrumento contratual, observando as demais diretrizes abaixo e as regras do [Código de Conduta da Kpe](#).

2.5.2. Os instrumentos contratuais de doação para entidade beneficente ou sem fins lucrativos devem estabelecer que a entidade é responsável exclusiva pela utilização do valor ou bem recebido, bem como devem conter as **cláusulas anticorrupção para fornecedores da Kpe**. Além disso, a justificativa da doação deve ser detalhadamente descrita no instrumento contratual.

2.5.3. É vedada qualquer doação para entidade beneficente ou sem fins lucrativos, para sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas politicamente expostas ou por funcionários públicos que mantenham contato frequente com a Kpe ou cujas atividades sejam fundamentais para o desenvolvimento dos negócios da companhia.

2.5.4. As solicitações de doação para entidade beneficente ou sem fins lucrativos devem ser encaminhadas pelo Diretor da Unidade solicitante ao Diretor Administrativo Financeiro para análise de compatibilidade de gastos. O Coordenador do Comitê de Compliance também deve ser previamente comunicado para análise de conformidade com o [Código de Conduta da Kpe](#), com a Norma Interna **Doações e Patrocínios** e com a legislação vigente. O Diretor da Unidade solicitante é o responsável pela aprovação após as referidas análises.

2.5.5. As doações para entidade beneficente ou sem fins lucrativos efetuadas devem ser informadas pelo Diretor Administrativo Financeiro ao Coordenador do Comitê de Compliance, que deve analisar a compatibilidade dos gastos com o [Código de Conduta da Kpe](#), com esta Norma Interna e com a legislação aplicável.

2.6 Patrocínio

2.6.1. Todos os patrocínios devem ser realizados com estrita observância das leis aplicáveis e devem ser formalizados em instrumento contratual observando as demais diretrizes abaixo e as regras do [Código de](#)

Conduta da Kpe.

2.6.2. Os instrumentos contratuais de patrocínio devem estabelecer que a entidade é responsável exclusiva pela utilização do valor ou bem recebido, bem como devem conter as **cláusulas anticorrupção para fornecedores da Kpe**. Além disso, o objeto e a contrapartida do patrocínio deve ser detalhadamente descritos no instrumento contratual.

2.6.3. É vedado qualquer patrocínio às sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas politicamente expostas ou por funcionários públicos que mantenham contato frequente com as empresas do Grupo Kpe ou cujas atividades sejam fundamentais para o desenvolvimento dos negócios da companhia.

2.6.4. As solicitações de patrocínios devem ser encaminhadas pelo Diretor da Unidade solicitante ao Diretor Administrativo Financeiro para análise de compatibilidade de gastos e oportunidades de negócios. O Coordenador do Comitê de Compliance também deve ser previamente comunicado para análise de conformidade com o **Código de Conduta da Kpe**, com esta Norma Interna e com a legislação vigente. O Diretor da Unidade solicitante é o responsável pela aprovação após as referidas análises.

¹ Dentre elas, Lei nº 9.504/1997, Lei nº 8.313/1991, Lei nº 8.069/1990 e Lei nº 11.438/1006.

3 - OBSERVAÇÕES

Categoria: Governança Corporativa

Elaborado por: Normas e Processos

Aprovada pelo Comitê de Compliance em 31/03/2021.

4 - ASSINATURA

Pedro Bataier

Compliance Officer